



"Olhos que ouvem... Mãos que falam.
Aprendizagem da Língua Gestual
Portuguesa por parte de Alunos
Ouvintes"

Gabriela Cristina Ribeiro Silva

gabriela.rsilva@hotmail.com, Agrupamento Escolas D.Dinis de
Leiria

Resumo

Considerando o sistema educativo atual do nosso país, que visa um ensino inclusivo para todos, tendo, além disso, em conta o reconhecimento da Língua Gestual Portuguesa (LGP) em 1997 e após a criação das Escolas de Referência para o Ensino Bilingue a Alunos Surdos (EREBAS), torna-se fulcral e imprescindível, a aprendizagem da LGP por parte de alunos ouvintes. De facto, a criação destas escolas e o contacto entre estes pares, quer no recreio, quer em contexto de sala de aula, desperta naturalmente nos alunos ouvintes o interesse pela aprendizagem da LGP, pois, estes, só assim se sentirão igualmente socializados com as crianças surdas. Somente a aprendizagem desta língua conseguirá quebrar a barreira de comunicação.

Para isso é fundamental, criar instrumentos e materiais equiparados ao que acontece com as outras línguas. Assim é necessário conhecer as competências linguísticas comunicativas e níveis de desempenho específicos que devem integrar um guia de ensino de LGP para alunos ouvintes no ensino básico, bem como as perceções, perspetivas e posicionamento dos profissionais desta área relativamente ao ensino desta língua a alunos ouvintes.

Palavras-chave: Escola inclusiva, surdez, Língua Gestual Portuguesa, guia didático

Abstract

Considering the current education system of our country, aimed at an inclusive education for everyone, and also in regard to the recognition of Portuguese Sign Language (LGP), in 1997 and after the creation of the “Reference Schools for Bilingual Teaching of Deaf Children” (EREBAS), it becomes crucial and essential the learning of the LGP by hearing students. In fact, the implementation of these schools and the interaction between these pairs, either in the playground or in the classroom naturally develops the interest in the hearing children to learn the LGP, because this is the only way they will feel integrated and able to socialize with the deaf kids. The only way to break the communication barrier between the hearing and the deaf kids is the learning of the Sign Language (SL) by the hearing students.

In order for this to happen, it is essential to have the same skills and materials similar to what happens with the other languages. Therefore, it is necessary to know the oral language skills, and the specific performance levels to be included in a teaching guide of LGP for hearing students in elementary school, as well as the perception, the perspective and the placement of professionals in regards to teaching LGP, to hearing students.

Keywords: Inclusive School, Deafness, Portuguese Sign Language, Teaching Guid

1. Introdução

O sistema educativo atual do nosso país visa um ensino inclusivo e é essa a perspetiva que seguimos ao longo deste trabalho: incluir é criar oportunidades de acesso a uma educação de qualidade, o que passa, entre outros aspectos, pelo reconhecimento de que os alunos devem aprender juntos, que a heterogeneidade e a diversidade são um valor, que os contextos sociais de aprendizagem proporcionados visam, em primeiro lugar, minimizar as barreiras que sempre se colocam à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento (Leitão, 2010, p.2), tendo, além disso, em conta o reconhecimento da Língua Gestual Portuguesa (LGP) em 1997, proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da

igualdade de oportunidades (Constituição da República artigo 74º ponto 2, alínea h) e após a criação de escolas de referência, torna-se natural, a aprendizagem da LGP por parte de alunos ouvintes.

Há hoje uma vasta oferta que permite a qualquer aluno estudar outras línguas nas diversas escolas do nosso país. Então, porque não poderão estes alunos ter a oportunidade de aprender também a LGP, e assim contribuir para uma melhor inclusão das crianças surdas? *Inclusão, antes de tudo, significa um esforço de mudança e melhoria da própria escola, de forma a proporcionar a todos as melhores condições de aprendizagem, sucesso e participação, na base das circunstâncias específicas de cada um...* (Leitão, 2010, p.1). Os indivíduos ouvintes, ao terem a possibilidade de aprender esta língua, proporcionarão de facto uma mudança, contribuirão para uma sociedade mais justa, que se esforça também, para se integrar numa minoria linguística que neste caso é a comunidade surda.

Sabe-se que já existem iniciativas da aprendizagem da LGP em algumas escolas do nosso país, no entanto, falta um estudo sistemático de competências específicas e indicadores de desempenho, bem como de metodologias didáticas neste âmbito. Os profissionais desta área que lecionam a LGP a alunos ouvintes, sentem portanto a necessidade de uma sistematização de práticas pedagógicas relativamente ao ensino da LGP. O facto de não existir um guião de ensino que especifique as competências específicas e indicadores de desempenho, bem como as metodologias didáticas a serem utilizadas, tal como existe nas outras línguas, acarretou a necessidade de se fazer uma observação do que já é feito e criar uma proposta de um documento regulamentador que poderá servir de modelo guia para o ensino da LGP a alunos ouvintes.

É neste sentido que se pretende levar a cabo, este dissertação no âmbito do mestrado em Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Em consequência disso coloca-se a seguinte pergunta de partida “Quais as competências linguísticas comunicativas e níveis de desempenho específicos que devem integrar um guia de ensino de LGP para alunos ouvintes no ensino básico.”

2. Surdez

O conceito surdez tem tido várias construções sociais que se têm transformado em função do tempo e do espaço geográfico. (Ruella, 2000, p. 57). E segundo a mesma autora nas diferentes formas de encarar a surdez, duas visões têm sido dominantes e têm perdurado ao longo do tempo: a visão clínica ou patológica e a sociocultural. Do ponto de vista clínico a surdez é assim definida como a perda de audição parcial ou completa, também denominada medicamente por deficiência auditiva ou hipoacusia¹²⁸. (Paço, Branco, Moreira, Carocha & Henriques, 2010, p. 41). Nesta perspetiva o surdo é visto como deficiente auditivo que tem de ser reeducado para aceder ao código linguístico do ouvinte.

Autores como Heinicke, Graser, Hill, referidos por Afonso (2008), defendem o oralismo¹²⁹, achando que a criança surda pode aprender a linguagem oral como o ouvinte. Com o congresso de

¹²⁸ A hipoacusia pode ser classificada em hipoacusia de condução que se caracteriza por uma alteração nas estruturas anatómicas responsáveis pela componente mecânica de amplificação do som. Hipoacusia sensorio-neural que se caracteriza por uma alteração nas estruturas anatómicas, responsáveis pela componente eléctrica da amplificação do som e hipoacusia mista em que ambos os componentes são afectados. Quanto ao seu grau a hipoacusia ligeira está entre 20-40Db, a hipoacusia moderada entre 40-70 Db., a hipoacusia severa entre 70-90Db e a hipoacusia profunda > 90Db. (Paço, J. ., Branco, C. ., Moreira, I. ., Carocha, C. & Henriques M, 2010).

¹²⁹ O método Oralista, distingue 3 métodos. O Método natural que preconiza o treino da fala e o treino auditivo, de uma forma natural. O método materno-reflexivo que foi criado por Van Uden e que se destina a crianças surdas na fase pré-

Milão em 1880 reforçou-se a ideia de que a oralidade era a única forma de educar os surdos. Neste modelo os surdos são vistos como “doentes reabilitáveis” e as práticas pedagógicas são resultado de um diagnóstico médico. Segundo vários autores (Quadros, 1997; Sacks, 1998 cit. por Afonso, 2008, p. 48), o baixo nível de literacia, as dificuldades de aquisição da língua oral, que nunca será considerada a língua materna dos surdos, levaram a questionar o paradigma médico terapêutico e a forma como a educação de surdos se estava a desenvolver.

Neste seguimento e com o reconhecimento do estatuto da LGP bem como com a introdução do modelo bilingue¹³⁰ foi surgindo um novo olhar sobre a surdez, dando origem à visão sociocultural. Neste paradigma, o carácter patológico associado aos surdos é eliminado. *O surdo passa a ser visto como membro de uma comunidade linguística e étnico – cultural própria* (Reagan, 1990, cit. por Afonso 2008, p. 52). Neste contexto assume importância a Língua Gestual pois citando (Skliar 2001, p. 144), ela *anula a deficiência e permite que os surdos constituam então, uma comunidade linguística minoritária diferente e não apenas um desvio à normalidade. Esta visão permite encarar as pessoas Surdas como uma minoria linguística e cultural, com língua e cultura próprias, formando uma comunidade com tradições, maneiras de estar e de sentir próprias, no seio do qual o adulto Surdo não se sente deficiente, eliminando-se as barreiras à comunicação e à informação que ainda prevalecem fora dela.* (Estanqueiro, 2006, p. 1 97).

3. A Língua Gestual Portuguesa

A Língua Gestual é a língua materna/natural de uma comunidade surda. É uma língua de produção manuo-motora e recepção visual, com vocabulário e organização próprios, que não deriva das línguas orais, nem pode ser considerada como sua representação, utilizada não apenas pelos surdos de cada comunidade mas, também, pelos ouvintes – seus parentes próximos, intérpretes, alguns professores e outros. (Amaral, Coutinho & Martins, 1994. p. 37), e por isso não deve ser confundida com linguagem. É portanto necessários abordarmos o conceito de língua / linguagem, termos que não podem ser dissociados, pois podemos concluir que língua é uma forma de linguagem, visto que é um tipo de entre os diversos meios de comunicação. (Fernandes, 2003, p. 16).

Segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2003) uma das definições de linguagem é qualquer meio sistemático de comunicar ideias ou sentimentos através de signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais, etc (cit. por Correia, 2009, p. 67). Para o termo língua podemos ler no mesmo dicionário sistema de representação constituído por palavras e por regras que as combinam em frases que os indivíduos de uma comunidade linguística usam como meio de comunicação e de expressão, falado ou escrito (cit. por Correia, 2009, p. 67). Ainda no mesmo, na definição de linguagem, pode ler-se o mesmo que língua sendo notória a proximidade destes termos. (cit. por Correia, 2009, p. 67).

Linguagem pode ser entendida também como qualquer sistema de símbolos ou objetos constituídos como signos, por exemplo, linguagem das cores ou ainda enquanto sistema secundário de sinais ou símbolos criados a partir de uma dada língua (cit por. Correia, 2009, p. 67).

linguística e defende que estas podem aprender a falar uma língua materna pelo meio oral, devendo o meio de comunicação privilegiado ser a conversação entre aluno e professor. O método Verbotonal que defende que a função essencial da língua é a expressão do significado através da língua é a expressão do significado através do som e do movimento. Carvalho (2007).

¹³⁰ O modelo Bilingue tem como princípio básico que a criança surda profunda deve fazer as suas aprendizagens escolares através da sua língua materna, a Língua Gestual Portuguesa, e adquirir como sua segunda língua, a língua da comunidade ouvinte onde está inserido. Carvalho (2007).

Já o conceito de língua é mais restrito. Por língua entende-se, um tipo de linguagem e define-se como um sistema abstracto de regras gramaticais que identificam sua estrutura nos seus diversos planos (do sons, da estrutura, da formação e classe de palavra, das estruturas frasais, da semântica, da contextualização e do uso) (Fernandes, 2003, p. 16).

Assim podemos referir que e a linguagem pode ser entendida como a capacidade inata, localizada no hemisfério esquerdo, que o ser humano tem em compreender e utilizar uma língua dependendo por isso de capacidades neurológicas e estímulos sociais. A língua é todo um o sistema organizado de signos arbitrários e convencionais partilhados por uma comunidade (cit. Correia, 2009, p. 58). Neste sentido as línguas gestuais devem ser encaradas como línguas humanas, na medida em que obedecem a parâmetros linguísticos universais, como a arbitrariedade, a convencionalidade, a recursividade e a criatividade (Correia, 2009, p. 58).

Uma das características mais importantes da LGP é a sua arbitrariedade. Por arbitrário entenda-se a relação não directa que se estabelece entre a palavra e o objecto que designa. Por exemplo, não há nada no objecto “casa” que implique a configuração, localização, orientação, movimento e expressão caracterizam o gesto tipo para “casa” na LGP (Correia, 2010, p. 15).

Com efeito, os gestos podem ter tido numa primeira fase de iconicidade ou transparência, mas têm igualmente um alto grau de convencionalidade que acaba por os tornar opacos e por isso arbitrários. (Faria, Pedro, Duarte & Gouveia, 2006). Nas línguas orais-auditiva, o plano fonológico (ou de sons) caracteriza-se pela organização de sons vocais específicos, ou fonemas, pelos quais, se constroem as formas linguísticas. No que se refere às línguas gestuais a fonologia é representada pela querologia. O sistema querológico das línguas de sinais foi descrito, inicialmente por Stokoe (cit. por Wilbur, 1979). William Stokoe distinguia três categorias de queremas de acordo com a configuração da mão, localização e movimento da (s) mão (s). Mais tarde, Battison et al. (cit. por Wilbur, 1979) acrescentam à descrição dos queremas a característica da orientação da (s) palma da mão (s), completando, desta forma o quadro do sistema quereológico das línguas gestuais (Fernandes, 2003). No ponto morfológico a LGP pode utilizar o espaço gestual (o espaço à volta da pessoa que é utilizado para produzir os gestos) para localizar pessoas ou objetos, indicar pronomes pessoais, o sujeito, o complemento indirecto, de uma ação. É na configuração da mão, na localização e direção do movimento, nas expressões faciais e movimento do corpo que se deteta nos gestos unidades mínimas significativas (Bispo M., Couto, A., Clara., M. & Clara, L. (2006). A estrutura sintática é construída em torno de um espaço cultural definido, organiza-se segundo o eixo SOV, isto é, sujeito-objeto- verbo. (Correia, 2010, p. 11).

4. Conclusão

Aos docentes de LGP compete assegurar não só o desenvolvimento da LGP como primeira língua dos alunos surdos, mas também o ensino da mesma a alunos ouvintes ou outros elementos da comunidade educativa em que estes se inserem. Para além disso, estes devem difundir os valores e os traços culturais específicos da comunidade surda, de modo a contribuir para a integração social das pessoas surdas. É neste sentido, que decidimos abordar neste trabalho de investigação questões relacionadas com o ensino de LGP a alunos ouvintes de modo a facilitar a integração e inclusão dos alunos surdos nas escolas do nosso país.

Atendendo ao facto de o ensino da LGP a alunos ouvintes já existir em algumas escolas como iniciativa isolada, será preocupação desta investigação aprofundar as competências linguísticas comunicativas específicas e níveis de desempenho, para a elaboração de um guia de ensino de LGP,

para alunos ouvintes no ensino básico, equiparando assim a LGP a qualquer outra língua que é ensinada nas nossas escolas.

Deste modo tendo em conta este campo de investigação e de acordo com a questão de partida pensa-se que o inquérito por questionário será o mais apropriado para esta observação. Segundo Quivy, inquérito por questionário *consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimento ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse ao investigador*". (p. 94).

A análise de dados do inquérito irá levar à construção de um guia que será elaborado com base na realidade de ensino, ou seja, de acordo com as necessidades sentidas por estes profissionais. O guia será constituído pelas competências linguísticas comunicativas bem como os níveis de desempenho que o aluno deverá desenvolver na aprendizagem da LGP.

Para a construção do modelo guia iremos recorrer ao QUERC (Quadro Europeu Comum de referência para as línguas) e aos programas que já existem noutras línguas, nomeadamente no de Espanhol. Para além do já exposto irá propor-se no guia atividades didáticas como sugestão de concretização de objetivos de modo a que esta dissertação possa vir a ter uma utilidade prática.

Referências Bibliográficas

- Afonso, C. (2008). Reflexões sobre a Surdez – a educação de surdos/ a problemática específica da surdez. (1ª ed). Vila Nova de Gaia: Edições Gailivro
- Amaral, M., A., Coutinho, A., & Maria, M. (1994). Para uma gramática da Língua Gestual Portuguesa. Lisboa: Editora Caminho
- Bispo, M., Couto, A., Clara., M. & Clara, L. (2006). O Gesto e a Palavra I – Antologia de textos sobre a surdez. Lisboa: Editorial Caminho
- Bispo, M., Couto, A., Clara., M. & Clara, L. (2009). O Gesto e Palavra 2 Lisboa: Editorial Caminho
- Carvalho, P. V. (2007). Breve história dos Surdos no Mundo e em Portugal. Lisboa: Surd'Universo
- Casanova, I. (1993). Introdução à linguagem. Coimbra: Livraria Almedina
- Coelho, O. (coord.) (2005). Perscrutar e escutar a Surdez. Porto: Edições Afrontamento
- Correia, I. (2009, 1 de Junho). O parâmetro expressão na Língua Gestual Portuguesa: Unidade suprasegmental. EXEDRA 57-68
- Correia, I. (2010, Setembro). Quereologia da LGP. Surdos Notícias, volume 4.
- Correia, I. (2010, Junho). Português Língua Segunda≠Português de Segunda. Surdos Notícias, volume 3.
- Correia, I. (2010, Setembro). Gestos que se vêem: Os surdos no ensino Superior. Surdos Notícias. volume 2.
- Estanqueiro, P. (2006). "Língua Gestual Portuguesa _ Uma opção ou um direito." in Bispo, M., Couto, A., Clara., M. & Clara, L(eds), O Gesto e a Palavra I – Antologia de textos sobre a surdez. (p.191-220) Lisboa: Editorial Caminho
- Fernandes, E. (2003). Linguagem e surdez. Porto Alegre: Editora Artemed
- Goldfeld, M. (2002). A criança Surda – Linguagem e Cognição numa Perspectiva Sociointeracionista. S. Paulo: Plexus Editora
- Hill, M., & Hill, A. (2009). Investigação por questionário. Lisboa: Edições Sílabo
- Leitão, F. (2010). "Valores Educativos Cooperação e Inclusão". Salamanca
- Ministério da Educação (2007). Programa Curricular de Língua Gestual Portuguesa
- Ministério da Educação.(2001). Quadro Europeu comum de referência para as línguas_ Aprendizagem, ensino e avaliação. Lisboa: Edições Asa
- Paço, J., Branco, C., Moreira, I., Carocha, C. & Henriques M. (2010) Introdução à SURDEZ. Lisboa: Universidade Católica
- Quadros, R., M., & Karnopp, L. (2004). Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed.
- Quadros, R., M. & Perlin, G. (org) (2006). Estudos Surdos II. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul

- Quivy, R., & Luc, V., C. (2008). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Editora Gradiva
- Sousa, O., C. & Cardoso., A. (2010). Desenvolver competências em Língua – Percursos Didáticos. Lisboa: Edições Colibri
- Spinassé, K.(2006). Os conceitos Língua Materna, Segunda Língua e Língua Estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no sul do Brasil.[Versão electrónica] consultado em 4 de Janeiro de 2010, <http://www.revistacontigentia.com>

Legislação

Constituição da República de 1997 no Artigo 74.º (Ensino) alínea h) – reconhecimento da Língua Gestual Portuguesa (LGP) como a língua dos Surdos.